



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Educação

Ensino Médio

Integral

(A Notícia, págs. 6, 7 e 8)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 07/12/11



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: NA.com.br	Data: 07/12/11
Assunto: Ensino médio integral – Mais tempo, conteúdo e espaço		Página: 6, 7 e 8

Ensino médio integral

Mais tempo, conteúdo e espaço

Com a jornada ampliada de quatro para nove horas, gestores da educação pública desenham a escola ideal para mudar a educação dos adolescentes

VANIA OLIVEIRA
vania.oliveira@ar.com.br
Editora do AN Escola

A nova proposta catarinense para a educação de adolescentes de 15 a 17 anos pode provocar uma pontinha de inveja em quem já concluiu o ensino médio no Estado. No ano que vem, esta fase de estudos vai mudar com a meta de ser atraente e eficiente por estar mais conectada com a realidade. Na grade com nove horas diárias, exercícios práticos em laboratórios, viagens de estudo e aulas que podem ser de violão ou judô. Se a escola dos sonhos sair mesmo do papel, o ensino vai dar um enorme passo.

Oferecer salas de aula com mesas e cadeiras e um quadro será pouco para

que tudo funcione. A escola ideal, descrita em detalhes nas 22 páginas do caderno “Novas Perspectivas para o Cotidiano Escolar”, feito pela Secretaria Estadual de Educação, prevê um ambiente totalmente novo. Em vez dos alunos receberem os professores, as turmas vão para as chamadas salas ambientes – uma para cada matéria. Esses espaços deverão ser equipados com um aparato mínimo: ar-condicionado, TV e aparelho de DVD, computador e data-show com tela.

A proposta arquitetônica também determina a instalação de laboratórios de iniciação científica (química, física, matemática e biologia) e de informática, ginásio de esportes, sala multimídia e biblioteca com um acervo amplo. Se o governo do Estado seguir as orientações que ele mesmo escreveu no caderno, a

escola vai ter espaço cultural. Na jornada ampliada, o aluno teria aulas de teatro no auditório e dança em um estúdio com espelhos, barras e trave de alongamento.

As primeiras mudanças desse projeto usado vão exigir um investimento de R\$ 130 milhões, segundo o secretário de Educação, Marco Tebaldi. O dinheiro será dividido entre equipamentos, material de ensino e obras. “Neste primeiro momento, escolhemos as escolas com melhor estrutura. Daremos início às obras no começo do ano que vem”, conta o secretário. O governo federal também deve repassar verba, mas o valor ainda não foi definido.

Tebaldi acrescenta que o modelo vai ser adotado em cem unidades até 2013. No ano que vem, serão 40. Depois, migram para o sistema as 60 escolas que

já oferecem o ensino médio inovador, uma modalidade mantida há dois anos.

Parte do investimento vai beneficiar três colégios de Joinville, única cidade da região Norte escolhida pela secretaria: são as escolas Prefeito Arnaldo Moreira Douat, no bairro Costa e Silva, Governador Celso Ramos, no Bucarein, e Deputado Nagib Zattar, no Jardim Paraíso.

Nessas escolas, os novos alunos, exceto os que frequentam as aulas à noite, só terão esse tipo de modalidade. Por isso, diretores foram orientados pela gerência estadual de Educação (Gered) a esclarecer as dúvidas dos pais e mostrar que as mudanças vão além da estrutura física. O currículo também ganha outro formato ao preparar o jovem para o competitivo mercado de trabalho.

Novidade provoca dúvidas em estudantes

Duas adolescentes de 14 anos com o sonho de ser designer de moda também compartilham uma preocupação: como será permanecer nove horas na escola? Thaina Aline Wehmuth e Maria Eduarda Machado, da Escola Arnaldo Moreira Douat, logo que souberam da jornada ampliada não gostaram muito da ideia. Será chato ficar tanto tempo em sala de aula – foi o que pensou Maria Eduarda.

Embora ainda tenham poucas informações sobre como vai funcionar o sistema, já mudaram a primeira avaliação. “Acho que vai ser interessante”,

prevê Thaina ao saber que o estudo não será apenas teórico. As garotas acham que as aulas de empreendedorismo e de informática poderão ajudá-las na futura carreira profissional. Por isso, sugerem que desenho e corte e costura estejam entre as matérias. Maria Eduarda também pede a oportunidade de aprender por meio de videoconferências. A colega pensa em outros detalhes, como a compra de armários com espaços individuais para guardar o material escolar.

A partir da proposta-base apresentada pela Secretaria Estadual de Educação,

cada escola é autônoma para formatar o currículo. Por isso, os alunos do 9º ano foram orientados a dar sugestões de cursos que gostariam de ver na grade de horário do colégio no ano que vem.

Quando voltarem das férias, Thaina e Maria Eduarda, além das boas-vindas, devem receber mais informações sobre como vai funcionar esse aprendizado diferente. A escola integral é um desafio para gestores e professores. As atividades extras precisam ter conexão com o que ocorre em sala de aula para não serem transformadas em passatempo.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: NA.com.br	Data: 07/12/11
Assunto: Ensino médio integral – Mais tempo, conteúdo e espaço		Página: 6, 7 e 8

Vácuo entre duas etapas

As mudanças no ensino médio vêm ocorrendo aos poucos. A coordenadora de ensino fundamental do 6º ao 9º ano e do ensino médio Marilene Gerent, do Colégio da Univille, lembra que esta fase de estudos só passou a ser obrigatória no Brasil em 2009. Com o novo formato, ela acredita que o ensino médio deixará de ser o vácuo entre o fundamental e o superior ao relacionar a escola com o mundo do trabalho.

“A educação integral precisa preparar o jovem para o mercado e o ensino superior, sem deixar de lado a reflexão sobre cidadania e questões da diversidade”, define.

Professora de legislação no curso de matemática da Udesc em Joinville, Marilene ressalta que os futuros educadores já estão sendo preparados para esta concepção de educação, que usa o conhecimento no cotidiano.

Professor terá outra rotina

O ensino integral vai mudar também a rotina do professor. Em uma situação ideal, ele será exclusivo da escola em que atua. O regime de trabalho será de 40 horas por semana com tempo a mais do previsto em lei para o planejamento das aulas com os colegas, desenvolvimento de projetos e atender aos pais.

Segundo a supervisora de educação básica e profissional Evelise Fátima Martins, da Gerência Regional de Educação (Gered) de Joinville, ainda não foi definido o tempo. No entanto, a jornada extraclasse deve ultrapassar os 33% determinados pela lei nacional do piso do magistério.

Embora reconheça a importância de uma estrutura adequada ao novo modelo, a consultora de carreira e integradora do ensino médio profissionalizante Angela Cristina da Silva, da (Gered) acredita que grande parte do sucesso do modelo vai estar nas mãos do professor, ou melhor, em uma cabeça aberta para o trabalho em equipe. “Ele terá de ser qualificado e ter o perfil de empreendedor”, define Angela.

O foco da proposta não é a profissionalização, mas desenvolver nos alunos características como capacidade de tomar decisões e de liderar, ações consideradas importantes na vida escolar ou fora dela.

O ponto de vista de quem está na sala de aula

A qualificação do professor no trabalho e um salário que permita ao profissional ter um único emprego são apontados pelo doutor em educação Casemiro Mota, do Instituto Federal de Educação (IFC) – Campus Araquari, como alguns caminhos para melhorar o ensino. Com leis bem definidas para o setor, Mota ressalta que as mudanças só dependem de vontade política.



Não é o trabalho do professor que onera a folha de pagamento do Estado. O deputado ganha R\$ 16 mil ou R\$ 18 mil. Não estou dizendo que ele não mereça, mas o professor também merece ser bem pago.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: NA.com.br	Data: 07/12/11
Assunto: Ensino médio integral – Mais tempo, conteúdo e espaço		Página: 6, 7 e 8

Bolsa para o aluno carente

Um dos desafios da educação é não perder o estudante, principalmente o que vem de família carente, para o mercado de trabalho. Quando consegue uma vaga como menor aprendiz ou um subemprego, ele passa a estudar à noite. “Muitos não sabem que não vão aguentar tanta responsabilidade. Desistem da escola ou, às vezes, relaxam nos estudos”, afirma a assessora de direção Janaína Guiguer, da Escola Professora Jandira D’Ávila, do bairro Aventureiro. Para evitar esse risco, a Secretaria Estadual de Educação promete oferecer bolsas de estudos.

Se quiser receber o benefício, a família terá de preencher um cadastro socioeconômico, mas ainda não estão definidos o valor e os critérios de distribuição dos R\$ 5 milhões previstos no orçamento destinado à ajuda de custo. “Será um investimento no futuro. Preferimos dar essa bolsa agora a ver esse jovem fora da escola”, afirma o secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi.

O aluno geralmente abandona a sala de aula quando está na 2ª série. Anos depois, retorna pela porta da educação de adultos (EJA) por exigência do mercado profissional. “O ensino integral vem para romper esse ciclo vicioso. Hoje, temos cem mil jovens com menos de 24 anos na EJA”, ressalta a gerente de ensino médio, Máike C. K. Ricci.



TRISTE CARACTERÍSTICA

Alunos geralmente abandonam o ensino médio na 2ª série





CLIPPING

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Cotidiano	Data: 06/12/2011
Assunto: Plano prevê investimento de 8% do PIB em educação		Página: C4

Plano prevê investimento de 8% do PIB em educação

Deputado apresenta hoje relatório do PNE

RENATO MACHADO
DE BRASÍLIA

O relator do PNE (Plano Nacional de Educação), deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), aumentou a meta para investimento público em educação. O texto protocolado ontem na comissão especial que analisa o tema prevê a elevação gradual do índice até 8% do PIB (Produto Interno Bruto) no fim da década.

O relatório será apresentado hoje após uma série de adiamentos. O governo pressionava para que não fosse alterado o índice de 7% do PIB previsto no projeto do Ministério da Educação.

O índice atual de investimento é de cerca de 5% do PIB. A estimativa é que cada ponto percentual implique R\$ 40 bilhões a mais de investimentos por ano.

A negociação não evoluiu e o relator fechou seu índice, mas acatou pedido para classificar como investimento em educação bolsas do ensino superior e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

“Não procuramos o aval do governo e sim um entendimento”, disse Vanhoni.

Outros parlamentares já adiantaram que vão apresentar emendas e propor o índice de 10%, bandeira de sindicatos da educação e movimentos estudantis.

O PNE é um projeto de lei com 20 metas e 10 diretrizes para as ações de educação ao longo da década. Após a aprovação na comissão especial, o texto segue para o Senado e, caso avance, para a sanção presidencial.



CLIPPING

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 06/12/2011
Assunto: O bolo da educação		Página: A2

O bolo da educação

BRASÍLIA - A discussão mais delirante do momento se trava em torno das metas para o gasto público em educação, pelo menos se considerado o universo das discussões de temas capazes de mobilizar as autoridades e a opinião pública.

No projeto que já se arrasta há um ano no Congresso, o governo propôs que as verbas sejam elevadas a 7% do PIB até o final da década; entidades e congressistas militantes não admitem menos de 10%; um deputado encarregado do texto chegou a defender um meio-termo de 8,29%, assim mesmo, com precisão de duas casas depois da vírgula.

Percentuais vêm e vão como se o PIB fosse um bolo de aniversário que é fatiado conforme a vontade da criança dona da festa.

Os gastos com o ensino público —está escrito na Constituição— são fixados em frações da receita da União, dos Estados e dos municípios. Ao longo de toda a década passada, quando a arrecadação de impostos teve um crescimento espetacular, os

recursos da educação subiram de 4% para 5% do PIB, equivalentes a R\$ 200 bilhões por ano.

Se é um desatino político ficar contra mais dinheiro para as escolas e os professores, não é muito mais prudente questionar como isso será feito. Haverá metas para o governo federal, 27 governadores, mais de 5.500 prefeitos? Um corte radical em outras despesas, como saúde, segurança pública, reajustes do salário mínimo? Ou um aumento brutal de impostos? Para o objetivo mais ambicioso em debate, seriam necessárias três CPMFs e meia.

Mais fácil, todos sabem, é empunhar bandeiras. Como já foi feito dez anos atrás, com números muito parecidos e muitos dos mesmos personagens de hoje —a diferença é que a oposição de então é governo agora, o ministro é candidato e é preciso sustentar, no mínimo, a meta aprovada na época pelo Congresso.

Que, para a sorte futura dos envolvidos, foi vetada pelo Planalto.

gustavo.patu@grupofolha.com.br